



GUIA DE LEGISLAÇÃO PARA FARMÁCIAS E DROGARIAS



Conselho
Federal de
Farmácia
www.cff.org.br



Conselho
Federal de
Farmácia

www.cff.org.br

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

BIÊNIO 2024/2025

DIRETORIA

Walter da Silva Jorge João (Presidente)

Lenira da Silva Costa (Vice-Presidente)

Luiz Gustavo de Freitas Pires (Secretário-Geral)

João Samuel de Moraes Meira (Tesoureiro)

CONSELHEIROS FEDERAIS

Isabela de Oliveira Sobrinho (AC)

Mônica Meira Leite Rodrigues (AL)

Jardel Araújo da Silva Inácio (AM)

Carlos André Oeiras Sena (AP)

Altamiro José dos Santos (BA)

Egberto Feitosa Filho (CE)

Gilcilene Maria dos Santos El Chaer (DF)

Monalisa Quintão Chambella (ES)

Ernestina Rocha de Sousa e Silva (GO)

Gizelli Santos Lourenço Coutinho (MA)

Júnia Célia de Medeiros (MG)

Márcia Regina Gutierrez Saldanha (MS)

José Ricardo Arnaut Amadio (MT)

Walter da Silva Jorge João (PA)

João Samuel de Moraes Meira (PB)

José de Arimatea Rocha Filho (PE)

Luiz José de Oliveira Junior (PI)

Luiz Gustavo de Freitas Pires (PR)

Talita Barbosa Gomes (RJ)

Lenira da Silva Costa (RN)

Jardel Teixeira de Moura (RO)

Adonis Motta Cavalcante (RR)

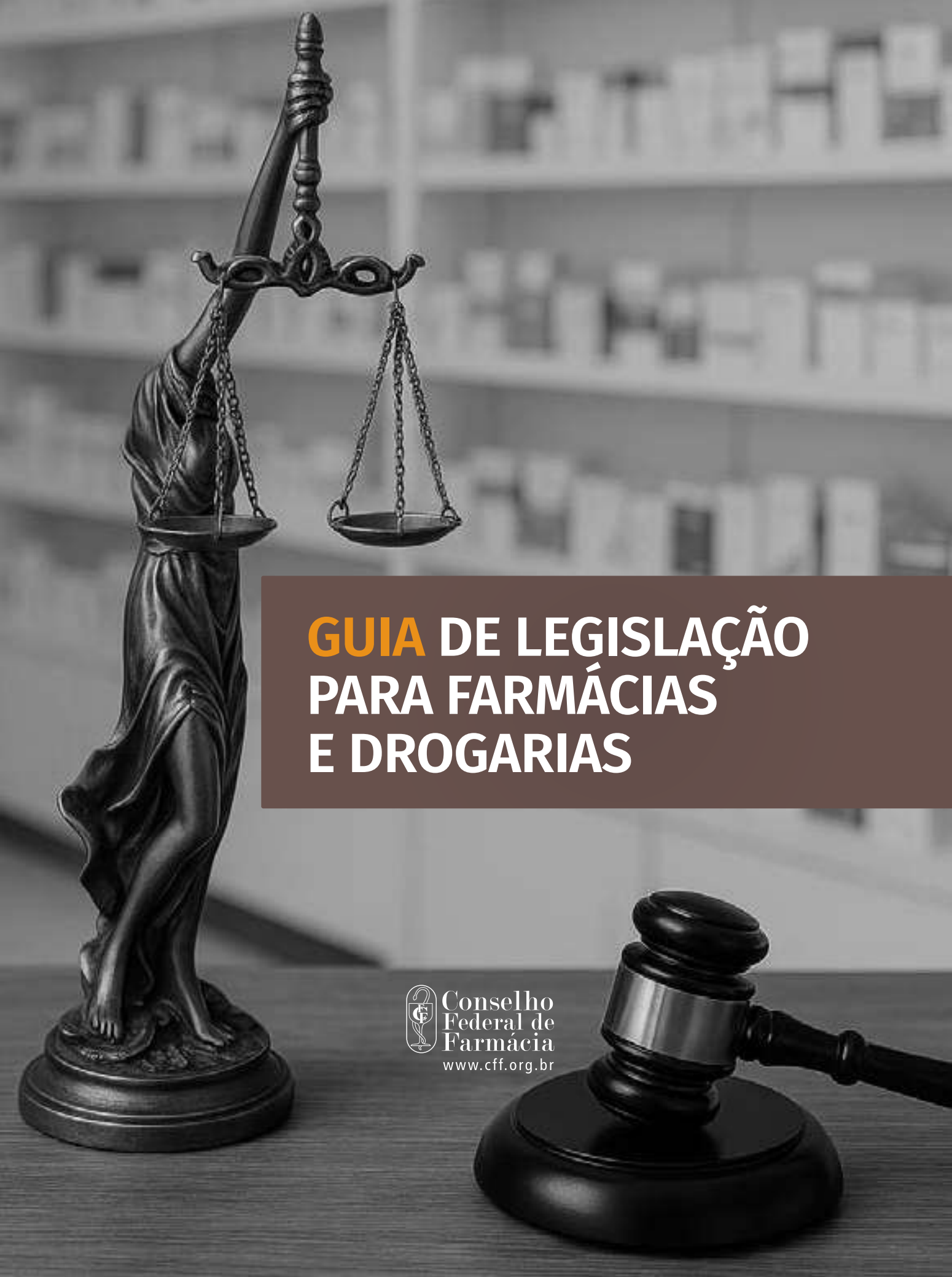
Roberto Canquerini da Silva (RS)

Sarai Hess Harger (SC)

Maria de Fátima Cardoso Aragão (SE)

Marcos Machado Ferreira (SP)

Marttha de Aguiar Franco Ramos (TO)



GUIA DE LEGISLAÇÃO PARA FARMÁCIAS E DROGARIAS



Conselho
Federal de
Farmácia
www.cff.org.br



ORGANIZAÇÃO

GRUPO DE TRABALHO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

COMPONENTES DO GRUPO

Dr. José Luiz Fernandes Vieira

Dra. Érika Rodrigues Guimarães Costa

Dra. Giselle Maria Rachid Viana

Dra. Gisely Cardoso de Melo

Dr. Lídio Gonçalves Lima Neto

Dr. Luann Wendel Pereira de Sena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia de legislação para farmácias e drogarias /
organização José Luiz Fernandes
Vieira...[et al.]. -- Brasília, DF : Gráfica e
Editora Qualyta, 2025.

Outros organizadores: Érika Rodrigues Guimarães
Costa, Giselle Maria Rachid Viana, Gisely Cardoso de
Melo, Lídio Gonçalves Lima Neto, Luann Wendel
Pereira de Sena.
ISBN 978-65-989444-3-8

1. Farmácia - Leis e legislação - Brasil
2. Periódicos - Publicação I. Vieira, José Luiz
Fernandes. II. Costa, Érika Rodrigues Guimarães.
III. Viana, Giselle Maria Rachid. IV. Melo, Gisely
Cardoso de V. Lima Neto, Lídio Gonçalves. VI. Sena,
Luann Wendel Pereira de.

25-319595.2

CDD-362.1782068

Índices para catálogo sistemático:

1. Farmácia : Gestão : Serviços de saúde 362.1782068

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Conselho Federal de Farmácia - CFF

SHIS QI 15 Lote L - Lago Sul

Brasília - DF - Brasil

CEP: 71635-615

Fone: +55 (61) 3878-8757/3878-8756

E-mail: cff@cff.org.br

Home page: <http://www.cff.org.br>

SUMÁRIO



NORMAS GERAIS	7
CFF	9
NORMAS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL (DROGARIAS)	10
MANIPULAÇÃO	10
ESTRUTURA FÍSICA	10
GERAIS	11
VACINAÇÃO	12
ANÁLISES CLÍNICAS	12
DISPENSAÇÃO	12
NORMAS DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL	17
AMAZONAS	17
ESPÍRITO SANTO	17
GOIÁS	18
MARANHÃO	20
MATO GROSSO	21
MATO GROSSO DO SUL	21
MINAS GERAIS	23
PARAÍBA	25
PARANÁ	27
PIAUÍ	30
RIO GRANDE DO NORTE	31
RIO GRANDE DO SUL	31
RIO DE JANEIRO	33
RORAIMA	36
SANTA CATARINA	37
SÃO PAULO	38

NORMAS GERAIS

(Com alcance em todas as áreas de atuação do profissional farmacêutico)



LEI N° 5.991/1973 - Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos.

<https://encurtador.com.br/Lxtz>



DECRETO N° 74.170/1974 - Regulamenta a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/QMLs>



LEI N° 6.360/1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

<https://encurtador.com.br/ZIZA>



LEI N° 9.787/1999 - Altera a Lei 6360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/TzKu>



LEI N° 6.437/1977 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/eFol>



LEI N° 6.480/1977 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, os cosméticos, os saneantes e outros produtos, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/cuSt>



LEI N° 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

<https://encurtador.com.br/IYxSH>



LEI Nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/f0Ey>



PORTARIA Nº 344/98 SVS/MS - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

<https://encurtador.com.br/QirRA>



PORTARIA Nº 06/99 SVS/MS - Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

<https://encurtador.com.br/Vaal>



RDC Nº 767/22 - Última atualização da Portaria 344/98.

<https://encurtador.com.br/Ceta>



RDC Nº 812/2023 - Altera a Portaria SVS/MS Nº 344 de 12/05/1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, e a Resolução DC/ANVISA nº 44 de 17/08/2009, que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/RglU>



LEI Nº 9.782/1999 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Há dispositivos alterados pela Medida Provisória nº 2.190/01.

<https://encurtador.com.br/Jnjf>



DECRETO Nº 3.181/1999 - Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/BJkv>



LEI FEDERAL Nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

<https://encurtador.com.br/l19XW>



DECRETO Nº 8.077/2013 - Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/xFnb>



LEI Nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<https://encurtador.com.br/5UOFA>



DECRETO Nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

<https://encurtador.com.br/orlW>

CFF



DECRETO Nº 20.377/1931 - Aprova a regulamentação do exercício da profissão farmacêutica no Brasil.

<https://encurtador.com.br/XPfc>



LEI Nº 3.820/1960 - Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/FbQN>



LEI Nº 9.120/1995 - Altera dispositivos da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia.

<https://encurtador.com.br/BvmT>



DECRETO Nº 85.878/1981 - Estabelece normas para a execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão farmacêutica, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/Zdkg>



RESOLUÇÃO CFF Nº 160/1982 - Dispõe sobre o exercício da Profissão Farmacêutica.

<https://encurtador.com.br/GbKP>



DECRETO Nº 13.021/2014 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

<https://encurtador.com.br/XbaD>

NORMAS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL (DROGARIAS)

MANIPULAÇÃO



RDC Nº 67/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em Farmácias.

<https://encurtador.com.br/nluq>



RDC Nº 87/2008 - Altera o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação em Farmácias.

<https://encurtador.com.br/VHwr>



RDC Nº 21/2009 - Altera o item 2.7, do Anexo III, da Resolução RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007.

<https://encurtador.com.br/JpRM>

ESTRUTURA FÍSICA



RDC Nº 50/2002 - Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

<https://encurtador.com.br/yvfw>



RDC Nº 307/2002 - Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

<https://encurtador.com.br/ehgy>



RDC Nº 51/2011 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/YZee>

GERAIS



LEI Nº 9.787/1999 - Altera a Lei 6360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/zsuU>



DECRETO Nº 3.181/1999 - Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/hgIM>



LEI Nº 8.216/2003 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

<https://encurtador.com.br/zVky>



RDC Nº 16/2007 - Aprova Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos.

<https://encurtador.com.br/eBEI>



RES. CFF Nº499/2008 - Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/tUSV>



RDC 63/2011 - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

<https://encurtador.com.br/VoKx>



RDC 275/2019 - Procedimentos para a concessão, alteração e cancelamento da Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/WoKq>



RDC Nº 768/2022 - Estabelece as regras para a rotulagem de medicamentos.

<https://encurtador.com.br/Bydw>



RDC Nº 860/2024 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada nº 275, de 9 de abril de 2019, Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 01 de abril de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 222, de 28 de dezembro de 2006.

<https://encurtador.com.br/xtew>



RDC Nº 873/2024 - Estabelece os critérios e os procedimentos para implementação de gerenciamento informatizado da distribuição de numeração de Notificações de Receita e de Talonários de Receituários no território nacional, por meio do o Sistema Nacional de Controle de Receituários (SNCR), e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/hVUC>

VACINAÇÃO



RDC 197/2017 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

<https://encurtador.com.br/hHQy>

ANÁLISES CLÍNICAS



RDC 978/2025 - Funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC).

<https://encurtador.com.br/UmJG>

DISPENSAÇÃO



RESOLUÇÃO CFF Nº 239/1992 - Dispõe sobre a aplicação de injeções em farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/nNLv>



RESOLUÇÃO CFF Nº 308/1997 - Dispõe sobre a Assistência Farmacêutica em farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/KhKr>



RESOLUÇÃO CFF Nº 437/2005 - Regulamenta a atividade profissional do farmacêutico no fracionamento de medicamentos.

<https://encurtador.com.br/fDEf>



RDC Nº 80/2006 - Regulamenta o fracionamento.

<https://encurtador.com.br/UBWR>



DECRETO Nº 5.775/2006 - Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos, dá nova redação aos artigos 2º e 9º do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/edtl>



RDC Nº 58/2007 - Dispõe sobre o aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/aFyo>



RDC 96/2008 - Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos.

<https://encurtador.com.br/GfAw>



RDC 23/2009 - Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 96, de 18 de dezembro de 2008.

<https://encurtador.com.br/SoqV>



IN 9/2009 - Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/hwan>



RDC Nº 44/2009 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/KFYA>



RDC Nº 60/2009 - Dispõe sobre a produção, dispensação e controle de amostras grátis de medicamentos e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/xKws>



RESOLUÇÃO CFF Nº 542/2011 - Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na dispensação e controle de antimicrobianos.

<https://encurtador.com.br/GnfW>



RESOLUÇÃO CFF Nº 555/2011 - Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde.

<https://encurtador.com.br/kymB>



RDC Nº 41/2012 - Altera Resolução RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, e revoga a Instrução Normativa IN nº 10, de 17 de agosto de 2009.

<https://encurtador.com.br/gGit>



RDC Nº 22/2014 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC, revoga a Resolução de Diretoria Colegiada nº 27, de 30 de março de 2007, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/mQAh>



RDC Nº 50/2014 - Dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/JQHU>



RDC Nº 133/2016 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/THsR>



RDC Nº 222/2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/suVK>



DECRETO Nº 10.388/2020 - Institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores.

<https://encurtador.com.br/HcPf>



LEI Nº 10.547/2020 - Altera o artigo 4º da Lei n.º 8.216, de 19 de dezembro de 2003, que Regulamenta o Comércio Farmacêutico, e dá outras providências. IX – aferição do nível de oxigênio sanguíneo, utilizando oxímetro de pulso. (NR).

<https://encurtador.com.br/HRSR>



RDC 471/2021 - Critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, listadas em Instrução Normativa específica.

<https://encurtador.com.br/XTDz>



RDC Nº 689/2022 - Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 58, de 5 de setembro de 2007.

<https://encurtador.com.br/fzup>



RDC Nº 668/2022 - Proibição de veiculação de propaganda, publicidade e promoção, em todo território nacional, de medicamentos que contenham o princípio ativo ácido acetilsalicílico e utilizem expressões que façam referência aos sintomas de outras patologias que se assemelhem aos sintomas da dengue, como medida de interesse sanitário e em circunstância especial de risco à saúde.

<https://encurtador.com.br/xUGX>



RES. CFF Nº 721/2022 - Dispõe sobre a anotação e o registro da direção ou responsabilidade técnica farmacêutica.

<https://encurtador.com.br/uVAD>



IN 120/2022 - Define a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição.

<https://encurtador.com.br/OYYI>



IN 285/2024 - Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição.

<https://encurtador.com.br/lanW>



RDC Nº 973/2025 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 471, de 23 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, listadas em Instrução Normativa específica.

<https://encurtador.com.br/yABq>



IN 360/2025 - Define a lista de substâncias isoladas ou em associação utilizadas em medicamentos de uso sob prescrição e retenção da receita, de que trata a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 471, de 23 de fevereiro de 2021.

<https://encurtador.com.br/mSsh>

NORMAS DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL

AMAZONAS



LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2009, de 03 de dezembro de 2009, que estabelece normas para promoção, proteção e recuperação da saúde do Estado.

<https://encurtador.com.br/slcN>



LEI ESTADUAL Nº 5.405/2021, de 24 de fevereiro de 2021, que permite que a assistência farmacêutica seja prestada de forma remota através de teletrabalho.

<https://encurtador.com.br/MrRn>

ESPÍRITO SANTO



LEI Nº 10.311, de 18 de dezembro de 2014 - Disciplina o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias, no âmbito do Estado, de modo a proporcionar segurança e higiene ao consumidor.

<https://encurtador.com.br/iDXd>



DECRETO Nº 6653, de 22 de setembro de 2020 - Dispõe critérios para o funcionamento de drogarias e farmácias especializadas em medicamentos oncológicos e medicamentos especiais no Município da Serra.

<https://encurtador.com.br/yObD>



PORTARIA Nº 032-R, de 18 de junho de 2015 - Resolve os procedimentos referentes ao processo para concessão de LICENÇA SANITÁRIA no Estado do Espírito Santo, passam a ser regidos pelas orientações presentes nesta Portaria, respeitando as determinações contidas em legislação sanitária específica.

<https://encurtador.com.br/wiwY>



PORTARIA Nº 085-R, de 01 de junho de 2022 - Estabelece os requisitos para cadastro de estabelecimento para utilização de medicamentos à base da substância misoprostol ou para comercialização de medicamentos de uso sistêmico à base de substâncias retinoicas no âmbito da Vigilância Sanitária Estadual.

<https://encurtador.com.br/UHTG>



PORTARIA N° 026-R, de 10 de fevereiro de 2022 - Estabelece os critérios para abertura, transferência e encerramento de livros de registro específico no âmbito da Vigilância Sanitária Estadual.

<https://encurtador.com.br/CXfw>

GOIÁS



LEI N° 8.405/2006 - Acrescenta os artigos 4º, 5º, 6º e §§, bem como o inciso VIII no art. 1º na Lei n.º 8.216 de 19 de dezembro de 2003, que Regulamenta o Comércio Farmacêutico no Município de Goiânia.

<https://encurtador.com.br/mxOd>



LEI N° 9.145/2012 - Altera a lei n° 8.216, de 19 de dezembro de 2003, para dispor sobre os produtos comercializados nas farmácias e drogarias no município de Goiânia.

<https://encurtador.com.br/mfDz>



LEI N° 9.709/2015 - Acresce o inciso IX ao art. 1º da Lei n° 8.216, de 19 de dezembro de 2003, que Regulamenta o Comércio Farmacêutico no Município de Goiânia e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/qDNI>



LEI COMPLEMENTAR N° 305/2017 - Adiciona os incisos X e XI ao Artigo 1º da Lei n° 8.216, de 19 de dezembro de 2003, que Regulamenta o comércio farmacêutico no Município de Goiânia.

<https://encurtador.com.br/OUCP>



LEI ESTADUAL N° 16.140/2007 - Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços correspondentes e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/ATvd>



LEI N° 8.741/2008 - Dispõe sobre a política de promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito da vigilância à saúde no Município de Goiânia.

<https://encurtador.com.br/OrFF>



LEI N° 18.135/2013 - Dispõe sobre a regulamentação das atividades suplementares em farmácias e drogarias, estabelecendo práticas e atividades que promovam a saúde da população.

<https://encurtador.com.br/Himt>



LEI Nº 16.797/2009 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais e de saúde afixarem cartazes com o número do telefone e do endereço eletrônico dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais de Vigilância Sanitária.

<https://encurtador.com.br/hqOz>



DECRETO Nº 8.252/2014 - Fixa o prazo para renovação do alvará sanitário emitido pela Secretaria de Estado da Saúde.

<https://encurtador.com.br/pjIR>



LEI Nº 21.541/2022 - Altera a Lei nº 18.135, de 07 de agosto de 2013, que dispõe sobre a regulamentação das atividades suplementares em farmácias e drogarias, estabelecendo práticas e atividades que promovam a saúde da população.

<https://encurtador.com.br/pdfj>



LEI Nº 19.462/2016 - Dispõe sobre a coleta e o descarte de medicamentos vencidos e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/qLWt>



DECRETO Nº 8.252/2014 - Fixa o prazo para renovação do alvará sanitário emitido pela Secretaria de Estado da Saúde.

<https://encurtador.com.br/xONG>



RESOLUÇÃO SES Nº 12/2025 - Dispõe sobre a regulamentação da dispensação, comercialização e controle de medicamentos anabolizantes no Estado de Goiás, estabelecendo normas para prescrição, validade de receita, fiscalização e penalidades para o descumprimento das disposições legais e regulamentares e revoga a Resolução SES Nº 2/2008, que tratava do assunto.

<https://encurtador.com.br/iWWR>



LEI Nº 8.216/2003 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e suas atualizações.

<https://encurtador.com.br/UzhR>



INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMAD Nº 1/2025 - Dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos no Estado de Goiás – MTR-GO, estabelece os procedimentos para o seu uso e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/qXqK>



RESOLUÇÃO - SES Nº 37/2020 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o licenciamento, cadastramento e funcionamento dos serviços de vacinação humana no Estado de Goiás.

<https://encurtador.com.br/sqFH>

MARANHÃO



LEI Nº 4.588/1984 - Estabelece normas sobre o controle sanitário e funcionamento de farmácias no Maranhão.

<https://encurtador.com.br/QBpK>



LEI Nº 3.562/1996 - Trata da licença de localização para a instalação de novas farmácias e drogarias no município de São Luís.

<https://encurtador.com.br/PBia>



LEI Nº 4.580/2005 - Determina, no âmbito de São Luís, que as farmácias coloquem, em local visível, uma lista atualizada de medicamentos genéricos.

<https://encurtador.com.br/xEHC>



LEI ESTADUAL Nº 9.727/2012 - Obriga fabricantes e distribuidores de medicamentos a recolher e destinar de forma adequada os medicamentos vencidos.

<https://encurtador.com.br/XVMe>



LEI ESTADUAL Nº 11.092/2019 - Define um farmacêutico como um profissional graduado em Farmácia por uma instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

<https://encurtador.com.br/lWVs>



LEI ESTADUAL Nº 11.247/2020 - Estabelece diretrizes para o descarte correto de medicamentos no Maranhão.

<https://encurtador.com.br/PZjN>



LEI ESTADUAL Nº 11.255/2020 - Garante o acesso a medicamentos de qualidade, eficazes e seguros, além de contribuir para o uso racional de medicamentos e evitar o desperdício.

<https://encurtador.com.br/EEHk>



LEI ESTADUAL Nº 11.615/2021 - Dispõe sobre a organização e funcionamento das farmácias no estado do Maranhão.

<https://encurtador.com.br/gmOB>

MATO GROSSO



LEI Nº 9.520/2011 - Dispõe sobre a regulamentação das atividades suplementares em farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/MpXy>

MATO GROSSO DO SUL



LEI ESTADUAL Nº 1.293/1992 - Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/vyew>



RESOLUÇÃO SES/MS Nº 160/2022 - Guia Estadual do Licenciamento Sanitário no âmbito da vigilância sanitária.

<https://encurtador.com.br/GSXn>



LEI ESTADUAL Nº 3.629/2008 - Dispõe sobre expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/FIis>



LEI ESTADUAL Nº 5.183/2018 - Estabelece Diretrizes dos Serviços Clínicos Farmacêuticos no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/YadX>



LEI ESTADUAL Nº 5.034/2017 - Dispõe sobre a redistribuição de farmacêuticos que entrarem em suplência temporária ou eventual, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

<https://encurtador.com.br/iOfT>



LEI ESTADUAL Nº 4.474/2014 – Dispõe sobre a obrigatoriedade das farmácias e drogarias manterem recipientes para coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado.

<https://encurtador.com.br/QCiX>



RESOLUÇÃO SES/MS Nº 53/2008 - Institui no Estado de Mato Grosso do Sul normas complementares à Resolução da Diretoria Colegiada Nº 67, de 8 de outubro de 2007, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para uso humano em Farmácias no tocante ao dimensionamento mínimo a ser adotado na construção, reforma ou adaptação das farmácias de manipulação no âmbito do Estado e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/LdiA>



LEI ESTADUAL Nº 5.180/2018 - Altera a Lei n. 4.474, de 6 de março de 2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das farmácias e drogarias manterem recipientes para coleta de medicamentos, cosméticos e insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado.”

<https://encurtador.com.br/GSUp>



LEI MUNICIPAL Nº 6.416/2020 - Institui o “Dia Municipal em defesa da prescrição legível” no município de Campo Grande-MS e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/RHgP>



LEI ESTADUAL Nº 6.098/2023 - Institui o Dia Estadual em Defesa da Prescrição Legível, a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/JMTS>



LEI ESTADUAL Nº 3.629/2008 - Dispõe sobre expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/Flis>



RESOLUÇÃO SES Nº 13/2008 - Normatiza e estabelece critérios necessários ao cumprimento da RDC ANVISA 58, de 05 de setembro de 2007, fixando a documentação mínima exigida para a entrega de autorização para confecção de Notificação de Receita B2 (NRB2) no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. (D.O.E. de 13.03.08).

<https://encurtador.com.br/IbHb>



RESOLUÇÃO SES Nº 105/2012 - Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as responsabilidades sanitárias e dispõe sobre critérios e parâmetros relativos à organização, hierarquização, regionalização e descentralização dos serviços de Vigilância Sanitária do Sistema de Vigilância Sanitária do Estado do Mato Grosso do Sul.

<https://encurtador.com.br/dOWM>



RESOLUÇÃO SES/MS Nº 050/2012. (D.O.E. nº 8.259 de 22/08/2012) - Estabelece o Sistema Estadual de Controle da Talidomida e define fluxos do medicamento, do credenciamento da unidade dispensadora, do cadastro do prescritor, da entrega do receituário e cadastro dos pacientes usuários.

<https://encurtador.com.br/crHS>



RESOLUÇÃO SES/MS Nº 004/2016 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das drogarias e farmácias, públicas e privadas do Estado do Mato Grosso do Sul, a disponibilizar lista contendo a relação dos medicamentos contraindicados em casos de Dengue.

<https://encurtador.com.br/hDyv>



RESOLUÇÃO SES/MS Nº 022/2015. (DOE nº 8928 de 27/05/2015) - Institui no Estado de Mato Grosso do Sul normas complementares à Resolução-RDC ANVISA Nº 220, de 21 de setembro de 2004 que aprova o Regulamento técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/Gshe>



RESOLUÇÃO SES SES/MS Nº 68/2023 - Aprovar Norma Técnica que dispõe sobre a comercialização, distribuição, consumo e controle da substância misoprostol e dos medicamentos que a contêm e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/erxC>

MINAS GERAIS



LEI Nº 13.317/1999 - Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.

<https://encurtador.com.br/zgsf>



LEI Nº 18.679/2009 - Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/jYqE>



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.426/2021 - Estabelece as regras do licenciamento sanitário e os prazos para resposta aos requerimentos de liberação de atividade econômica de que trata o Decreto Estadual n.º 48.036, de 10 de setembro de 2020, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

<https://encurtador.com.br/aPAD>



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5.815/2017 - Estabelece requisitos mínimos para o cumprimento das Boas Práticas de fracionamento, armazenamento, distribuição e transporte de produtos sob controle sanitário e seus insumos, exceto alimentos, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

<https://encurtador.com.br/RBnS>



RESOLUÇÃO SES Nº 462/2004 – Altera a Resolução SES nº 307/99 que regulamenta, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o licenciamento dos estabelecimentos farmacêuticos (Farmácia e Drogaria).

<https://encurtador.com.br/NYhm>



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 1.139/2007 - Institui o cadastro das farmácias que pretendem manipular substâncias de baixo índice terapêutico e/ou hormônios e/ou citostáticos.

<https://encurtador.com.br/EIRk>



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 1.479/2008 - Altera o artigo 12 e os itens 1.4, 1.7, 1.8, e 2.6 do Anexo único da Resolução SES/MG Nº 1332 de 26 de novembro de 2007, que institui no estado de Minas Gerais normas complementares a RDC 67, de 8 de outubro de 2007.

<https://encurtador.com.br/MROa>



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 1.480/2008 - Altera o art. 1º e o § 2º do art. 3º da Resolução SES/MG Nº 1.139, de 27 de março de 2007 que institui o cadastro das farmácias que pretendem manipular substâncias de baixo índice terapêutico e/ou hormônios e/ou citostáticos.

<https://encurtador.com.br/yxpj>



RESOLUÇÃO SES/MG Nº 1.332/2007 - Institui no Estado de Minas Gerais normas complementares à Resolução RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para uso humano em Farmácias.

<https://encurtador.com.br/Aupv>

PARAÍBA



LEI ORDINÁRIA Nº 12.507/2022 - Dispõe sobre a proibição de farmácias e drogarias estabelecidas no estado da paraíba solicitarem o número do CPF do consumidor no ato da compra para fins de descontos em aquisição de produtos, sem antes informar de forma clara e adequada, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/julp>



LEI ORDINÁRIA Nº 11.961/2021 - Proíbe as farmácias e drogarias à exigência do cpf do consumidor, no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara, a concessão de descontos, no estado da paraíba, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/hSFW>



LEI ORDINÁRIA Nº 11.779/2020 - Institui o protocolo emergencial de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica “sinal vermelho” no período de isolamento social da covid-19, para os estabelecimentos de farmácias e drogarias no estado da paraíba e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/avQT>



LEI ORDINÁRIA Nº 12.103/2021 - Altera a lei nº 11.779, de 30 de setembro de 2020, que “institui o protocolo emergencial de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica “sinal vermelho” no período de isolamento social da covid-19, para os estabelecimentos de farmácias e drogarias no estado da paraíba e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/qsak>



LEI ORDINÁRIA Nº 9.542/2011 - Dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no estado da paraíba deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - crf do seu farmacêutico responsável, bem como seu horário de trabalho.

<https://encurtador.com.br/lwir>



LEI ORDINÁRIA Nº 9.128/2010 - Obriga farmácias e drogarias a manterem à disposição do público uma lista de medicamentos genéricos em braille, visando à acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

<https://encurtador.com.br/doap>



LEI ORDINÁRIA Nº 10.124/2013 - Dispõe sobre a criação do programa farmácia popular sobre rodas, priorizando os municípios que ainda não são atendidos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil - PFPB, no âmbito do estado da paraíba.

<https://encurtador.com.br/mEXg>



LEI ORDINÁRIA Nº 10.121/2013 - Obriga as farmácias do estado da paraíba, que participam do programa federal farmácia popular, a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados por esse programa.

<https://encurtador.com.br/pXZR>



LEI ORDINÁRIA Nº 7.069/2002 - Institui o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária da Paraíba (SEVISA-PB) e cria a AGEVISA-PB. Decreto nº 23.068/2002: Regulamenta a Lei nº 7.069/2002, detalhando a estrutura e funcionamento da AGEVISA.

<https://encurtador.com.br/jfln>



RDC - AGEVISA Nº 07/2023 - Dispõe sobre os requisitos necessários á estrutura física, recursos humanos, gerenciamento de tecnologias e dos processos, dos registros e notificações das vacinações e imunizações humanas nas farmácias e drogaria no Estado da Paraíba.

<https://encurtador.com.br/pZro>



RDC - AGEVISA Nº. 005/2002 - Dispõe sobre as condições de licenciamento em Postos de Medicamentos.

<https://encurtador.com.br/cfHu>



RDC - AGEVISA Nº 004/2022 - Estabelece a manutenção obrigatória da escrituração de medicamentos e insumos farmacêuticos em farmácias e drogarias, durante a suspensão temporária de transmissão de arquivos eletrônicos (XML) previstos nos §3º e §4º do art. 10 da Resolução RDC nº 22, de 29 de abril de 2014.

<https://encurtador.com.br/wVgt>



RDC - AGEVISA Nº 003/2023 - Proíbe a comercialização, em número superior a 18 (dezoito) ampolas mensais, de medicamentos anabolizantes, dentre eles o Durateston.

<https://encurtador.com.br/mBIC>



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2024 - Dispõe sobre a dispensação, no âmbito do Estado da Paraíba, de talonários de receituários de medicamentos sujeitos ao controle especial e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/eVpw>



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2024 - Dispõe sobre a prescrição e dispensação de medicamentos à base de Zolpidem, no âmbito do Estado da Paraíba.

<https://encurtador.com.br/fwnT>

PARANÁ



RESOLUÇÃO ESTADUAL Nº 0225/1999 - Aprova Norma Técnica que determina aos estabelecimentos: farmácias, drogarias, farmácias hospitalares, clínicas médicas e veterinárias, a obrigatoriedade da apresentação dos Balanços de Medicamentos Psicoativos e Outros Sujeitos a Controle Especial (BMPO).

<https://encurtador.com.br/owSq>



LEI Nº 12.888/2000 - Dispõe sobre normas de atuação de empresas, distribuidora de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, farmácias e drogarias, no território do estado do paraná.

<https://encurtador.com.br/wdec>



DELIBERAÇÃO Nº 652/2005 - Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica de Farmacêutico por Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

<https://encurtador.com.br/yhOL>



DELIBERAÇÃO Nº 679/2006 - Dispõe sobre o Registro no CRF/PR de Farmácias de Manipulação e sobre o exercício do farmacêutico habilitado nestes estabelecimentos.

<https://encurtador.com.br/wjZH>



LEI Nº 16.086/2009 - Dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

<https://encurtador.com.br/NQTY>



LEI Nº 16.322/2009 - Dispõe que é de responsabilidade das indústrias farmacêuticas, das empresas de distribuição de medicamentos e das farmácias, drogarias e drugstores, darem destinação final e adequada aos produtos que estejam com prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso.

<https://encurtador.com.br/XLpK>



LEI N° 16.638/2010 - Obriga as farmácias e drogarias situadas no estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em braile.

<https://encurtador.com.br/zQZb>



LEI N° 16.815/2011 - Veda o licenciamento ou sua revalidação para a comercialização de medicamentos manipulados por farmácia s e ervanárias, sem a respectiva bula.

<https://encurtador.com.br/hKDC>



LEI N° 17.211/2012 - Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

<https://encurtador.com.br/Jwdq>



LEI N° 17.733/2013 - Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência.

<https://encurtador.com.br/eDZR>



RESOLUÇÃO SESA N° 590/2014 - Estabelece a Norma Técnica para abertura, funcionamento, condições físicas, técnicas e sanitárias de farmácias e drogarias no Paraná.

<https://encurtador.com.br/cpUP>



DELIBERAÇÃO N° 833/2014 - Dispõe sobre o ato farmacêutico em farmácias de qualquer natureza e sua fiscalização.

<https://encurtador.com.br/XpGJ>



RESOLUÇÃO SESA N° 166/2016 - Institui incentivo de custeio e fixa as diretrizes para adesão a estratégia de estruturação das portas de entrada da Rede Paraná Urgência, visando o Apoio e Qualificação a Municípios de Gestão Ampliada como Referência Microrregional do Sistema Único de Saúde do Paraná.

<https://encurtador.com.br/Xcxe>



RESOLUÇÃO SESA N° 473/2016 - Estabelece Norma Técnica referente as condições físicas, técnicas e sanitárias para guarda, comercialização e administração de vacinas em estabelecimentos farmacêuticos privados no Estado Paraná.

<https://encurtador.com.br/gwOq>



DELIBERAÇÃO N° 894/2016 - Dispõe sobre o quadro de identificação do Farmacêutico.

<https://encurtador.com.br/prcH>



DELIBERAÇÃO N° 896/2016 - Dispõe sobre as Fontes de informação de medicamentos a serem utilizadas no exercício das atividades farmacêuticas.

<https://encurtador.com.br/EHzk>



DELIBERAÇÃO N° 899/2016 - Dispõe sobre a declaração dos horários de intervalo dos responsáveis técnicos em estabelecimentos que exigem a presença de profissional durante todo o horário de funcionamento.

<https://encurtador.com.br/kmNa>



DELIBERAÇÃO N° 914/2017 - Dispõe sobre a Assistência Técnica Farmacêutica nos Estabelecimentos Farmacêuticos Públicos.

<https://encurtador.com.br/ZNiG>



DELIBERAÇÃO N° 918/2017 - Institui a Ficha de Fiscalização do Exercício e das Atividades Farmacêuticas.

<https://encurtador.com.br/PBub>



DELIBERAÇÃO N. 953/2018 - Dispõe sobre o registro e atividade profissional de farmacêutico em farmácia pública móvel urbana ou rural, com atendimento em serviço de saúde eventual, junto ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.

<https://encurtador.com.br/dXzU>



RESOLUÇÃO N° 956/2018 - Estabelece as ações de vigilância em saúde para normatizar, padronizar e controlar o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados que ofereçam serviço de vacinação EXTRAMURO em todo Estado do Paraná.

<https://encurtador.com.br/xfX>



DELIBERAÇÃO N° 972/2019 - Institui a Ficha Simplificada de Fiscalização do Exercício e das Atividades Farmacêuticas em Farmácia Comunitária.

<https://encurtador.com.br/cyIO>



LEI 20.347/2020 - Dispõe sobre a realização de testes rápidos (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 em farmácias privadas no Estado do Paraná.

<https://encurtador.com.br/HopY>



DELIBERAÇÃO Nº 1.004/2021 - Dispõe sobre a Declaração de Atividade Profissional, DAP.

<https://encurtador.com.br/GQbr>



DELIBERAÇÃO Nº 1.005/2021 - Dispõe sobre autuação de estabelecimentos em obediência às diretrizes da Resolução n. 700/2021 do Conselho Federal de Farmácia.

<https://encurtador.com.br/zubM>



RESOLUÇÃO SESA Nº 508/2022 - Regulamenta a operacionalização de prescrição médica por meio eletrônico.

<https://encurtador.com.br/ZuTZ>

PIAUÍ



LEI Nº 7.347/2020 - Dispõe sobre o piso salarial do Farmacêutico no âmbito do Estado do Piauí.

<https://encurtador.com.br/LtLT>



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 21/2016 - Assistência Farmacêutica no âmbito do Estado do Piauí.

<https://encurtador.com.br/bPDZ>



PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO ESTADO DO PIAUÍ 05/2022 - 2ª Edição.

<https://encurtador.com.br/XfUd>

RIO GRANDE DO NORTE



LEI Nº 8.431/2003 - Dispõe sobre a comercialização de produtos não farmacêuticos e prestação de serviços de menor complexidade útil ao público por farmácias e drogarias e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/ZFxN>



LEI COMPLEMENTAR Nº 31/1982 - Institui o Código Estadual de Saúde e estabelece normas básicas sobre promoção, proteção e recuperação da saúde, e dá outras providências. Dispõe sobre a comercialização de produtos não farmacêuticos e prestação de serviços de menor complexidade útil ao público por farmácias e drogarias e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/uWQx>

RIO GRANDE DO SUL



LEI ESTADUAL Nº 13.905/2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das farmácias e drogarias manterem recipientes para coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado.

<https://encurtador.com.br/Wibd>



LEI ESTADUAL Nº 14.225/2013 - Estabelece normas para exposição dos preços ao consumidor, pelos estabelecimentos comerciais, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de produtos alimentícios, de limpeza e de bazar, nas prateleiras e gôndolas, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/GEDA>



LEI ESTADUAL Nº 15.339/2019 - Institui o Programa Solidare - Farmácia Solidária - conscientização, doação, reaproveitamento, dispensação para a população e descarte de medicamentos no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/Wggi>



LEI ESTADUAL Nº 15.346/2019 - Dispõe sobre farmácia como estabelecimento de saúde, serviços e procedimentos de apoio farmacêuticos permitidos em farmácias de qualquer natureza no Estado do Rio Grande do Sul e adota outras providências.

<https://encurtador.com.br/qGbI>



LEI ESTADUAL Nº 15.833/2022 - Dispõe sobre a prescrição eletrônica no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/eINf>



DECRETO ESTADUAL Nº 23.430/1974 - Fica aprovado o Regulamento anexo, que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública, no 1 âmbito de competência da Secretaria da Saúde.

<https://encurtador.com.br/cUBB>



DECRETO ESTADUAL Nº 39.544/1999 - Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 23.430, de 24 de outubro de 1974.

<https://encurtador.com.br/rGpY>



RESOLUÇÃO CIB/RS Nº 250/2007 - Aprova o Regulamento Técnico que disciplina a responsabilidade sanitária de municípios em relação às ações de Vigilância Sanitária, e dispõe sobre critérios e parâmetros relativos à organização, hierarquização, regionalização, e descentralização dos Serviços do Sistema de Vigilância Sanitária do Estado do Rio Grande do Sul.

<https://encurtador.com.br/jrtw>



PORTARIA FEPAM Nº 087/2018 - Aprova o Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos – Sistema MTR Online e dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/yyfj>



PORTARIA FEPAM Nº 12/2020 - Altera a Portaria FEPAM nº 87/2018 que aprova o Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR Online e dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/bPjN>



PORTARIA FEPAM Nº 432/2024 - Revoga a Portaria FEPAM no 413/2024 e altera a Portaria FEPAM no 87/2018 que aprova o Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR Online.

<https://encurtador.com.br/MuZg>



PORTARIA SES/RS Nº 145/2017 - Regulamenta a concessão do Termo de Autorização para atividade extramuros temporária a estabelecimentos de vacinação do setor privado.

<https://encurtador.com.br/plwK>



PORTARIA SES/RS Nº 445/2017 - Estabelecer os requisitos mínimos para o funcionamento, licenciamento, fiscalização e controle das farmácias privadas que dispõe do serviço farmacêutico de aplicação de vacinas no Estado do Rio Grande do Sul.

<https://encurtador.com.br/EsNM>



PORTARIA SES/RS Nº 642/2018 - Altera a redação do inciso V do artigo 2º e acresce o parágrafo único ao artigo 14 da Portaria SES nº 445/2017, de 28 de setembro de 2017, que estabelece os requisitos mínimos para o funcionamento, licenciamento, fiscalização e controle das farmácias privadas que dispõem do serviço farmacêutico de aplicação de vacinas no Estado do Rio Grande do Sul.

<https://encurtador.com.br/NjeR>



PORTARIA SES/RS Nº 792/2020 - Institui o Programa Cuidar+ no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.

<https://encurtador.com.br/msPD>

RIO DE JANEIRO



LEI Nº 1.041/1986 - Institui a carteira de habilitação para aplicar injeções e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/OXPb>



LEI Nº 1.562/1989 - Dispõe sobre o regime de plantão das farmácias e drogarias.

<https://encurtador.com.br/FBUq>



LEI Nº 2.941/1998 - Obriga as drogarias e farmácias afixarem os preços dos remédios e produtos à venda nas suas embalagens.

<https://encurtador.com.br/weSQ>



LEI Nº 3.049/1998 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da cor branca nos locais que menciona.

<https://encurtador.com.br/SNER>



LEI Nº 3.081/1998 - Permite a prestação de serviços de medição de pressão arterial, dosagem de glicose no sangue e de colesterol nas farmácias, drogarias, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/nUgg>



LEI Nº 3.542/2001 - Concede descontos na aquisição de medicamentos nas farmácias instaladas no estado do Rio de Janeiro.

<https://encurtador.com.br/UMev>



LEI Nº 3.632/2001 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das drogarias, farmácias, ou estabelecimentos similares em manterem estoque suficiente de medicamentos genéricos, em lugar visível, para o atendimento à população do estado do Rio de Janeiro.

<https://encurtador.com.br/NugO>



LEI Nº 3.798/2002 - Acrescenta dispositivos à lei nº 3081, de 20 de outubro de 1998.

<https://encurtador.com.br/iUKj>



LEI Nº 3.861/2002 - Proíbe as farmácias e drogarias localizadas no estado do Rio de Janeiro de comercializarem, em seus sites na internet, medicamentos com tarja vermelha ou preta.

<https://encurtador.com.br/YVuw>



LEI Nº 3.938/2002 - Altera a lei nº 1041, de 09 de outubro de 1986, na forma que menciona.

<https://encurtador.com.br/orSy>



LEI Nº 4.125/2003 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as farmácias e drogarias a afixarem em local visível a divulgação de listas contendo os genéricos, seus equivalentes e substâncias ativas.

<https://encurtador.com.br/wBRm>



LEI Nº 4.395/2004 - Dispõe sobre prioridade de atendimento nas farmácias às pessoas que menciona e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/obaF>



LEI Nº 4.663/2005 - Amplia o mix de produtos comercializados pelas farmácias e drogarias, no estado do Rio de Janeiro.

<https://encurtador.com.br/PYZt>



LEI Nº 6.594/2013 - Obriga farmácias e drogarias a disponibilizarem, aos seus clientes, informações referentes aos seguintes assuntos: remédios genéricos, seus equivalentes e substâncias ativas, nomes dos remédios proibidos pela Anvisa e os telefones desta agência e prioridades de atendimento no estabelecimento.

<https://encurtador.com.br/sMBE>



LEI Nº 4.893/2006 - Institui o programa estadual de fitoterapia, produção de fitoterápicos e plantas medicinais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e adota outras providências.

<https://encurtador.com.br/izKZ>



LEI Nº 5.205/2008 - Padroniza os rótulos de medicamentos vendidos pelas farmácias de manipulação ou homeopáticas.

<https://encurtador.com.br/sABt>



LEI Nº 5.370/2009 - Modifica a lei nº. 1041, de 9 de outubro de 1986, na forma que menciona e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/QJTq>



LEI Nº 6.303/2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de farmácias e drogarias, que fazem parte do programa farmácia popular, a disponibilizarem, gratuitamente, balanças em locais visíveis.

<https://encurtador.com.br/yeTA>



LEI Nº 6.336/2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da rede de farmácias do estado do Rio de Janeiro, que participam do programa “farmácia popular” do governo federal, de afixar, em lugar de boa visibilidade, nas suas dependências, a relação dos remédios contemplados por esse programa.

<https://encurtador.com.br/EHjB>



LEI Nº 7.388/2016 - Dispõe sobre a criação do programa de banco de remédios doados no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/SddM>



LEI Nº 8.669/2019 - Altera a lei nº 4.893, de 01 de novembro de 2006, para dispor sobre a criação das “farmácias vivas” pelo poder executivo, na forma que menciona.

<https://encurtador.com.br/erUD>



LEI N° 9.345/2021 - Cria o programa estadual de medicina tradicional e complementar/alternativa (mt/mca).

<https://encurtador.com.br/PjEv>



LEI N° 9.824/2022 - Altera a lei nº 7.388, de 14 de julho de 2016, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/lwDl>



LEI N° 10.201/2023 - Dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos à base de canabidiol (cbd) aos pacientes que comprovarem hipossuficiência, nas unidades de saúde pública conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Rio de Janeiro.

<https://encurtador.com.br/vjKx>

RORAIMA



LEI N° 2.602/2024 - Institui, no âmbito do Município de Boa Vista, o programa “Doe Seu Medicamento”.

<https://encurtador.com.br/qjZp>



LEI N° 1.587/2021 - Proíbe farmácias e drogarias de exigir o CPF do consumidor, no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara sobre a concessão de descontos no estado e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/NPGY>



LEI N° 1.224/2017 - Dispõe sobre a instituição da Farmácia do Povo no âmbito do território estadual e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/FkiZ>



LEI N° 1.816/2017 - Institui a proibição de venda de seringas e agulhas descartáveis a menores de dezoito anos de idade no município de Boa Vista, especialmente nas farmácias e drogarias e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/UTSQ>



LEI N° 1.627/2015 - A obrigatoriedade de material informativo que possibilita e torna público o acesso dos usuários do Programa Farmácia Popular do Brasil, a relação dos medicamentos disponíveis na rede.

<https://encurtador.com.br/ZHCR>



LEI Nº 762/2010 - Disciplina o comércio de artigos de conveniência em drogarias e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/TZyg>



LEI Nº 626/2007 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos e drogarias afixarem cartaz para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico.

<https://encurtador.com.br/TqRW>



LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2003 - Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de Roraima e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/RHyA>



LEI Nº 482/1999 - Institui o Código Sanitário do Município de Boa Vista e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/cKgm>



LEI Nº 382/1996 - A obrigatoriedade do uso de luvas descartáveis nas farmácias, drogarias, ambulatórios e similares, quando da efetivação de curativos.

<https://encurtador.com.br/BojX>

SANTA CATARINA



PORTARIA SES Nº 1.332/2022. Norma Estadual - Santa Catarina - Publicado no DOE em 08 dez 2022 Estabelece os critérios mínimos para o cumprimento das normas técnicas para o credenciamento, licenciamento e funcionamento de estabelecimentos de saúde públicos e privados que realizam atividades de vacinação humana no Estado de Santa Catarina.

<https://encurtador.com.br/xyza>



LEI Nº 19.011/2024. Publicado no DOE - SC em 26 jul 2024 Altera a Lei nº 16.473, de 2014, que “Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências”, para o fim de adequá-la à Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 786, de 2023, a qual “Dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC) e dá outras providências”.

<https://encurtador.com.br/lurR>



LEI N° 16.473/2014 - Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências.

<https://encurtador.com.br/GvTk>



LEI N° 17.916/2020 - Altera a Lei nº 16.473, de 2014, que “Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências”, para o fim de permitir a comercialização de produtos de conveniência, nos referidos estabelecimentos, garantir a qualificação das farmácias como estabelecimentos de saúde, bem como instituir as penalidades em caso de seu descumprimento.

<https://encurtador.com.br/mYUK>

SÃO PAULO



DECRETO N° 12.479/1978 - Aprova Norma Técnica Especial Relativa as Condições de Funcionamento de Estabelecimentos sob Responsabilidade de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Químicos e outros.

<https://encurtador.com.br/pPgk>



LEI N° 10.083/1998 - Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

<https://encurtador.com.br/knCz>



PORTARIA CVS N° 23/2003 - Dispõe sobre a comercialização e controle do medicamento à base de substância retinóide - Isotretinoína e dá providências correlatas.

<https://encurtador.com.br/xoEx>



RESOLUÇÃO SS N° 17/2005 - Dispõe sobre a manipulação de produtos farmacêuticos em farmácias e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/kaSW>



PORTARIA CVS N° 2/2005 - DOE de 17/03/2005 - p. - seção 1 - nº 51 - Dispõe sobre a comercialização e o controle da substância misoprostol e de medicamentos que a contém e das providências correlatas.

<https://encurtador.com.br/ZAUK>



LEI Nº 13.820/2009 - Dispõe sobre afixação de placas em estabelecimentos que especifica.

<https://encurtador.com.br/havk>



LEI Nº 15.313/2014 - Dispõe sobre a proibição do uso, armazenamento e reparo de instrumentos de medição como esfigmomanômetros e termômetros contendo mercúrio e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/DHIH>



PORTARIA CVS Nº 10/2017 - Define diretrizes, critérios e procedimentos no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária - SEVISA, para avaliação físico funcional de projetos de edificações de atividades de interesse da saúde e emissão do Laudo Técnico de Avaliação — LTA.

<https://encurtador.com.br/LBqt>



LEI Nº 16.660/2018 - Dispõe sobre a regulamentação das atividades das farmácias no âmbito de sua atuação.

<https://encurtador.com.br/fZWq>



COMUNICADO CVS-DITEP-SERSA Nº 15, de 11/10/2023 - Licenciamento sanitário de serviços que realizam atividade de Exame de Análises Clínicas tipo I instalado nas dependências de farmácias e drogarias - Comércio varejista farmacêutico (CNAE 4771-7/01 e 4771-7/02).

<https://encurtador.com.br/pwhe>



LEI Nº 17.832/2023 - Consolida a legislação relativa à defesa do consumidor Capítulo X - Das farmácias.

<https://encurtador.com.br/Glfz>



PORTARIA CVS Nº 1/2024 - Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas.

<https://encurtador.com.br/qzOt>



RESOLUÇÃO SS Nº 199/2024 - Regulamenta o funcionamento de serviços que realizam atividade de vacinação humana, para a profilaxia de doenças infecciosas imunopreveníveis no Estado de São Paulo.

<https://encurtador.com.br/rNiQ>

